



Associação dos **Técnicos** de Nível Superior do Município de Porto Alegre


Corresp. No. 08/2017

Porto Alegre, 28 de março de 2017

Ao Ilmo. Sr.

Adv. Gustavo Paim

Vice-prefeito de Porto Alegre

 29/03/2017  
**Gustavo Paim**  
Vice-Prefeito

Prezado Senhor:

A Astec – Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre, entidade constituída para a defesa dos profissionais de nível universitário da Prefeitura, fundada em 1994, inicialmente agradece à Vossa Senhoria por receber em audiência a sua Diretoria Executiva, desejando-lhe sucesso na gestão.

Buscamos a abertura de um diálogo com governo municipal a fim de viabilizar o atendimento de nossas reivindicações sobre os temas que seguem:

1. **Provável atraso no pagamento dos salários** – Essa notícia, reiteradas vezes divulgada pelo Prefeito Nelson Marchezan vem causando temor e desconforto a todos os servidores o que terá reflexos imediatos na produtividade e no atendimento à população. Os técnicos de nível superior da Prefeitura, a maioria exercendo atividades de comando e assessoramento técnico, entendem que há diversos caminhos a serem trilhados para a solução dos problemas financeiros da PMPA sem que necessariamente tenha que haver atrasos de salários. Os técnicos, se ouvidos pelos gestores, poderão oferecer soluções para o aumento de arrecadação e redução da despesa. No passado, leis de regularização de imóveis, alienação de próprios municipais não utilizados e negociação de dívidas dos contribuintes foram usados com sucesso no aumento da arrecadação, por exemplo.
2. **Reposição salarial** – As últimas reposições salariais, todas feitas de maneira parcelada, geraram perdas aos servidores municipais, desestimulando os servidores e exigindo deles uma grande capacidade de superação para continuarem mantendo o nível de atendimento à população. Consideramos que não temos mais nenhuma possibilidade de manter nossos compromissos sem



uma reposição das perdas inflacionárias e esperamos que o governo, no próximo mês de maio, promova um reajuste adequado, em parcela única, de nossos salários.

3. **Reforma da previdência** – Entendemos que a Prefeitura de Porto Alegre já promoveu, quando da criação do Previmpa, as adequações necessárias na previdência municipal. As intenções do governo federal não irão reduzir o desembolso com previdência, visto que os servidores pertencentes ao regime de repartição simples, aposentados ou em véspera de aposentadoria não serão atingidos pela reforma proposta e aqueles vinculados ao regime de capitalização, conforme cálculos atuariais do Previmpa, nas condições atuais já tem garantidos os recursos para sua aposentadoria. Não há nenhuma necessidade de aumentar o tempo de serviço ou alíquota para que o sistema de capitalização se mantenha equilibrado.
4. **Formação dos gestores** - Preocupa-nos também a qualificação daqueles que são nomeados para chefias na administração municipal. No passado recente, técnicos de nível superior com mestrado e doutorado foram obrigados a se reportar a pessoas sem formação universitária e currículo compatível ou com formação em áreas diversas das de seus comandados, gerando ordens equivocadas e prejuízos ao erário, resultantes do desconhecimento técnico dos gestores. Defendemos o maior rigor quanto a formação dos indicados à cargos em comissão e funções gratificadas.
5. **Reforma Administrativa** – Os técnicos de nível superior da Prefeitura entendem que, afora a lei que criou, extinguiu e alterou a denominação e composição das diversas secretarias, não houve até agora a divulgação, detalhamento e discussão dessas alterações com técnicos e servidores, gerando insegurança no desenvolvimento das atividades e incerteza quanto às competências de cada órgão, o que certamente causará entraves nos atendimentos das demandas da população. Solicitamos que a administração municipal faça uma divulgação detalhada das alterações aos servidores e promova discussões com os técnicos de nível superior para a adequação das estruturas. Entendemos que essas reformas não podem ser feitas sem o conhecimento e experiência dos técnicos de cada área. Ainda sobre a reforma administrativa, há interferências da reforma proposta com as legislações federal e estadual, que dispõem sobre competências do município, a partir das quais foram estruturadas secretarias que agora sofreram alterações, como é o caso da Secretaria do Meio Ambiente e da Sustentabilidade.
6. **Retirada de direitos e conquistas dos técnicos de nível superior** – Nos últimos 14 anos as administrações, embora aplicando muitos recursos em consultorias encarregadas de elaborar um plano de carreira para os servidores, não lograram êxito na construção desse instrumento tão necessário ao ajuste de atribuições, condições de trabalho, responsabilidades e salários dos servidores. Ao longo desse período os governos preferiram realizar ajustes concedendo



gratificações vinculadas a órgãos, tipo de atividade ou produtividade em vez de reavaliar cargos e salários. Essas gratificações passaram a fazer parte do orçamento dos servidores, como se salários fossem. A retirada dessas parcelas, se efetivada, irá reduzir a remuneração dos servidores de maneira avassaladora. A maioria dessas gratificações foi negociada com os governos, verificada a viabilidade orçamentária do seu pagamento, avaliados os resultados a serem obtidos pela administração. São conquistas de categorias que não tem como continuar atuando com essa redução. O único caminho que vislumbramos é a incorporação das gratificações aos salários, através da construção de um plano de carreira que contemple formação, condições de trabalho e responsabilidades técnicas.

7. **Falta de incentivo à qualificação dos técnicos de nível superior** – Atualmente não há incentivos no município para que os técnicos se qualifiquem em cursos de mestrado e doutorado. Os poucos que por iniciativa própria e às suas custas buscam o grau de mestre ou doutor, não têm nenhum acréscimo em sua remuneração por esse fato e nenhuma ajuda nas despesas acadêmicas. O resultado é um quadro de técnicos com formação abaixo do necessário para os tempos atuais, fazendo o município recorrer a consultorias externas nas matérias mais complexas.
8. **Controle de ponto dos servidores** – Entendemos altamente necessário o controle de ponto dos servidores, entretanto as diversas atividades desenvolvidas no município exigem que se promovam ajustes específicos para cada local ou função. Há servidores que trabalham externamente, há horários adaptados ao tipo de serviço e local, há necessidade de flexibilização para melhor atender as tarefas, enfim a forma de apuração da pontualidade e assiduidade não pode ser única para todos, há que se adequar às características do trabalho de cada setor. Da maneira como foi regido o ponto nesta administração são inúmeros os problemas que estão ocorrendo. Somente a discussão com cada chefia e com cada grupo de servidores poderá produzir a solução destes problemas. Solicitamos, aqui também, um diálogo qualificado com servidores e chefias.
9. **Terceirizações** – A terceirização de atividades da Prefeitura tem, em muitos casos, sido prejudicial à cultura da organização face à grande rotatividade nas empresas fornecedoras de mão de obra. Além disso, a fé pública que o servidor público tem na prática de seus atos não pode ser simplesmente transferida a empresas privadas. É duvidosa a economia feita com a terceirização à medida em que é produzida com a exploração do trabalhador e em muitos casos exige que os atos do terceirizado sejam referendados por servidor público para que tenham validade. Entendemos que a função pública deve ser exercida por servidores concursados, que o regime estatutário proporciona condições de aprendizado e carreira ao servidor, de acúmulo de conhecimentos no órgão público, o que não acontece com empregados de terceirizadas que atuam ora no serviço público, ora no setor privado. Ao longo dos últimos anos, verificamos que essa prática tem gerado



---

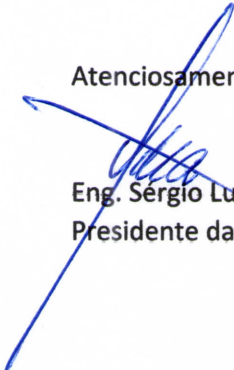
Associação dos **Técnicos** de Nível Superior do Município de Porto Alegre

péssimo atendimento em muitos balcões da Prefeitura, por falta de conhecimento e experiência dos terceirizados e estagiários atuando em posições onde deveríamos ter servidores públicos.

10. **Precariedade nas condições de trabalho** – Grande parte dos locais de trabalho da Prefeitura apresentam péssimas condições de conservação, mobiliário e equipamentos deteriorados e defasados, métodos e processos inadequados. Em muitos locais, nem mesmo a ventilação e iluminação são adequadas, ambientes insalubres, desconfortáveis para servidores e público. Mesmo compreendendo a escassez de recursos, entendemos que a Administração tem a obrigação de fornecer ambientes adequados ao desenvolvimento das atividades.

Agradecemos a atenção que Vossa Senhoria e o Prefeito puderem dar aos tópicos abordados no presente documento e nos colocamos à disposição para colaborar na busca de soluções que viabilizem uma relação cordial e harmônica entre o governo e seus servidores.

Atenciosamente.



Eng. Sérgio Luiz Brum  
Presidente da Astec